

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

-- PROVAS OBJETIVAS --

-- CONHECIMENTOS BÁSICOS --

Um balanço feito pelo Instituto Sou da Paz e pelo INSPER mostrou que, em 2021, o Distrito Federal registrou a menor taxa de homicídios dos últimos 45 anos, mesmo com o aumento da população. Em Alagoas, os indicadores do mesmo crime caíram 14,8%. De acordo com o Segundo Balanço das Políticas de Gestão para Resultados na Segurança Pública, em São Paulo reduziu-se em 49% o roubo de veículos entre 2014 e 2021.

O documento evidencia iniciativas estaduais que representam boas práticas na área de segurança pública. Segundo a diretora executiva do Instituto Sou da Paz, a pesquisa encontrou 11 estados com programas de gestão de resultado. O destaque é o Espírito Santo, que tem uma ação mais longa e consegue manter um programa central que envolve as polícias com resultados importantes na redução dos homicídios. “São programas que, embora não sejam uma panaceia, conseguem contribuir muito para a integração das polícias, dão uma ferramenta para o secretário de segurança coordenar, dão uma visão de longo prazo para a segurança pública nos estados, o que não é algo trivial”, disse a diretora.

“O estabelecimento de diretrizes baseadas em evidências é essencial para a promoção de melhorias na segurança pública dos estados brasileiros”, afirmou um professor do Centro de Gestão e Políticas Públicas do INSPER. Ele acrescentou que o balanço apresentado pelo instituto e pelo Sou da Paz buscou analisar o que funciona para a área, quais estados alcançaram sucesso nos últimos anos e como os gestores podem orientar propostas para conseguir os melhores resultados possíveis.

Internet: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br>> (com adaptações).

Em relação às ideias e a aspectos linguísticos do texto apresentado, julgue os itens a seguir.

- 1 No segundo período do segundo parágrafo, o termo “Segundo” expressa ideia de conformidade e poderia ser substituído, sem prejuízo da coerência das ideias e da correção gramatical do texto, por **Conforme**.
- 2 As relações de coesão e coerência do texto seriam preservadas caso a oração ‘embora não sejam uma panaceia’ (último período do segundo parágrafo) fosse reescrita como **mesmo não sendo uma panaceia**.
- 3 De acordo com o texto, o estudo feito pelo Instituto Sou da Paz e pelo INSPER apresenta modelos exitosos de políticas de segurança pública no Brasil.
- 4 Infere-se do texto que é necessário investir em programas de gestão de resultados na segurança pública, porque eles são fundamentais para a promoção de melhorias nessa área.
- 5 No primeiro parágrafo, a substituição da forma verbal “caíram” (segundo período) por **caiu** alteraria o sentido do texto, porém sua correção gramatical seria preservada.
- 6 A coerência das ideias do terceiro período do segundo parágrafo seria mantida caso o termo “longeva” fosse substituído por **distante**.
- 7 Os vocábulos “homicídios” e “caíram” são acentuados graficamente de acordo com a mesma regra de acentuação gráfica.

- 8 A supressão da vírgula empregada logo após “Alagoas” (segundo período do primeiro parágrafo) prejudicaria a correção gramatical do texto.
- 9 A vírgula empregada logo após o verbo ‘coordenar’ (último período do segundo parágrafo) poderia ser substituída, sem prejuízo da correção gramatical e da coerência do texto, pelo vocábulo **e**.
- 10 A coerência e a correção gramatical do texto estariam preservadas caso a expressão “mesmo com o” (primeiro período do primeiro parágrafo) fosse substituída por **apesar do**.
- 11 Estariam mantidos os sentidos e a correção gramatical do texto caso se substituísse, no último período do texto, a forma verbal “alcançaram” por **têm alcançado**.
- 12 Sem prejuízo da correção gramatical e dos sentidos do texto, o trecho ‘essencial para a promoção’ (primeiro período do último parágrafo) poderia ser reescrito como **essencial à promoção**.

Em cada um dos itens a seguir, é apresentada uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada a respeito de noções de probabilidade, de regra de três simples, de proporções, das quatro operações fundamentais e de sequências.

- 13 Márcia está juntando dinheiro para comprar uma moto. No primeiro mês, ela guardou R\$ 400,00 e, depois disso, passou a guardar a mesma quantia todo mês, de modo que, após 16 meses, ela tem guardados R\$ 2.275,00. Então, é correto afirmar que a quantidade que ela passou a guardar mensalmente é de R\$ 125,00.
- 14 A fim de cobrir certo evento em Cachoeiro de Itapemirim, 6 guardas civis municipais serão escalados para auxiliar na segurança do evento; e estão à disposição 5 homens e 5 mulheres. Se os guardas forem escolhidos aleatoriamente, a probabilidade de que a equipe seja formada por 4 mulheres e 2 homens é superior a 20%.
- 15 Ao executar tarefas administrativas, Regina é 30% mais eficiente que seu colega Marcos. Se Regina executar suas tarefas administrativas semanais em 4 horas e 30 minutos ao total, então Marcos levará 5 horas e 51 minutos para executar as mesmas tarefas que Regina.
- 16 A data de aniversário da Guarda Civil Municipal de Cachoeiro de Itapemirim é no dia 2 de outubro de 1965. Se o dia 2 de outubro de 2024 for uma quarta-feira, então 2031 será o próximo ano no qual o aniversário da Guarda Civil Municipal de Cachoeiro de Itapemirim será uma quarta-feira.
- 17 Durante o treinamento físico diário dos guardas municipais, João fez o percurso de corrida em 35 minutos, enquanto Mariana fez o mesmo percurso em 50 minutos. Se Mariana tiver começado o percurso 9 minutos antes de João, então ele demorou menos de 20 minutos para alcançá-la.

A respeito dos direitos e das garantias fundamentais, julgue os itens a seguir, considerando o disposto na Constituição Federal de 1988 (CF) e o entendimento jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal (STF) acerca do assunto.

- 18 A CF dispensa o mandado judicial para ingresso forçado em residência em caso de flagrante delito, mesmo durante o período noturno.
- 19 São nulos os atos do poder público que imponham, genericamente e sem fundamentação válida, restrição ao direito à informação.
- 20 O princípio da vedação à autoincriminação, diferentemente de outras garantias fundamentais previstas no texto constitucional, não admite restrição.

No que se refere aos aspectos atinentes à defesa do Estado e às forças de segurança pública, considerando o disposto na CF e o entendimento jurisprudencial dos tribunais superiores, julgue os próximos itens.

- 21 Os guardas civis, por previsão expressa da CF, possuem direito à aposentadoria especial por exercício de atividade de risco.
- 22 A fiscalização de trânsito, quando acompanhada da aplicação de penalidades administrativas, é atividade que somente pode ser exercida por entidades policiais.
- 23 A segurança dos estabelecimentos prisionais é atribuição das polícias penais.
- 24 As guardas municipais somente podem exercer atribuições relacionadas à proteção de bens, serviços e instalações dos municípios.

Em relação aos direitos humanos na CF e à Convenção Americana sobre Direitos Humanos (CADH), também conhecida como Pacto de São José da Costa Rica, julgue os itens que se seguem.

- 25 Segundo os direitos expressamente previstos no Pacto de São José da Costa Rica, a confissão de pessoa acusada de delito só é válida se feita sem coação.
- 26 O Brasil, por força do Pacto de São José da Costa Rica, está submetido à jurisdição da Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), devendo observar, mas não exercer, o controle jurisdicional de convencionalidade.
- 27 A prevalência dos direitos humanos é princípio constitucional expresso em relação às diretrizes de atuação do Brasil no cenário internacional.

João, secretário municipal de saúde, celebrou, em nome da secretaria, contratação direta por dispensa de licitação, visando adquirir material da única empresa que fornece o respectivo produto na cidade. Após a contratação, um terceiro interessado apresentou recurso ao chefe de João, a fim de impugnar o certame. Diante da presunção de legitimidade, o chefe reputou correta a decisão de João.

Com base na situação hipotética precedente, julgue os itens seguintes.

- 28 A presunção de legitimidade é atributo de todo ato administrativo e significa que, em princípio, o ato é considerado válido até que se prove o contrário.
- 29 A secretaria onde João trabalha é órgão público despersonalizado que integra a administração pública direta municipal.
- 30 A impugnação da decisão de João, submetida ao crivo da chefia, insere-se no âmbito do poder administrativo disciplinar.
- 31 A conduta de João de realizar contratação direta por dispensa de licitação foi adequada.
- 32 O recurso apresentado pelo terceiro interessado caracteriza controle judicial.

Julgue os itens seguintes, relacionados à administração pública direta e indireta, às disposições constitucionais aplicáveis aos agentes públicos e à responsabilidade civil do Estado.

- 33 Servidor público comissionado é aquele que se submete a concurso público para se habilitar para a investidura no cargo público.
- 34 A responsabilidade civil do Estado pode ser aplicada para atos comissivos e omissivos praticados por agentes públicos no exercício de sua função.
- 35 Autarquia é pessoa jurídica de direito público que integra a administração pública indireta federal, estadual, distrital ou municipal.

Um servidor público comissionado de uma autarquia municipal deixou de praticar ato, o que causou dano a terceiro. O terceiro ajuizou ação contra a autarquia, requerendo indenização por dano moral e material. Depois de condenada, a autarquia ajuizou ação regressiva contra o servidor, demonstrando que ele atuara com negligência. Em sua defesa, o servidor alegou não ser cabível a ação regressiva, porque não se poderia imputar-lhe responsabilidade por mera omissão, além de que inexistia intenção de causar dano ao terceiro.

Considerando a situação hipotética precedente, julgue os itens que se seguem.

- 36 A argumentação do servidor não está correta, porque a ação regressiva é cabível quando o poder público comprova a culpa do servidor.
- 37 A ação ajuizada pelo terceiro configura controle exercido pela administração pública no exercício de sua autotutela.

Com base na doutrina majoritária brasileira e nas disposições do Código Penal (CP), julgue os itens que se seguem, em relação ao concurso de pessoas.

- 38 A contribuição de um coautor para o resultado de um crime é meramente acessória.
- 39 O direito penal brasileiro faz distinção entre autor e partícipe.

A respeito dos elementos do crime e seus aspectos fundamentais, julgue os itens seguintes.

- 40 A culpabilidade é um juízo de reprovabilidade e refere-se à capacidade do agente, porquanto só pode ser culpado aquele que tiver a capacidade de entender a ilicitude do seu comportamento, ainda que seja incapaz de exercer controle sobre suas ações.
- 41 Em relação à descrição de um tipo penal, é correto afirmar que toda conduta típica é necessariamente ilícita.
- 42 O fato típico descreve uma ação ou omissão que, de acordo com a lei, é proibida e sancionada como tal.

Alberto, com mais de dezoito anos de idade, praticou crime de lesão corporal de natureza grave contra Bruno, seu inimigo. Alberto foi processado criminalmente, tendo sido comprovado que, ao tempo da conduta criminosa, ele era pessoa com doença mental, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento, o que determinou a sua absolvição.

Considerando a situação hipotética apresentada, julgue os itens subsequentes.

- 43 A doença mental de Alberto justificou a absolvição judicial, porquanto excluiu a culpabilidade de sua conduta.
- 44 Para a absolvição de Alberto bastaria a este ser, ao tempo do processo, inteiramente incapaz de compreender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

No que se refere aos crimes definidos no CP como aqueles praticados por funcionário público contra a administração em geral, julgue os itens a seguir.

- 45** Em se tratando de crime de corrupção passiva, a pena aplicável ao funcionário público será aumentada em um terço se, em consequência do recebimento de vantagem ou da promessa de vantagem indevida, o funcionário retardar ou deixar de praticar qualquer ato de ofício.
- 46** Para a caracterização do crime de concussão, é necessário que o agente público, abusando de sua autoridade, exija a vantagem indevida mediante grave ameaça à vítima.

Um guarda municipal, em serviço de fiscalização e controle do tráfego, presenciou uma violenta discussão entre dois homens em razão de uma vaga de estacionamento. No decorrer da discussão, um deles ameaçou verbalmente o outro de morte, fazendo, ainda, gestos com as mãos, simulando uma arma de fogo. Em razão da ameaça proferida, o guarda municipal, mediante apoio da polícia militar, conduziu as partes à delegacia de polícia para as providências legais cabíveis.

Acerca da situação hipotética apresentada, julgue os itens a seguir, sabendo que a ameaça constitui crime de ação pública condicionada.

- 47** O ofensor somente responderá em juízo pelo crime após o oferecimento de queixa-crime por parte do ofendido.
- 48** A titularidade da ação penal pública, caso instaurada, é exclusiva do Ministério Público.
- 49** A autoridade policial poderá agir de ofício para a apuração dos fatos, buscando penalizar a conduta delituosa.

A respeito do inquérito policial, julgue os itens seguintes.

- 50** Uma das principais características do inquérito policial é a sua indisponibilidade, não podendo a autoridade policial proceder ao seu arquivamento, ainda que o fato apurado não configure crime.
- 51** O princípio da ampla defesa e do contraditório é amplamente aplicável ao inquérito policial, uma vez que este é procedimento meramente administrativo.

Considerando aspectos relativos à prisão em flagrante, julgue os itens subsequentes.

- 52** Em regra, a lavratura do auto de prisão em flagrante é atribuição da autoridade policial da localidade onde foi realizada a prisão, independentemente do local onde tenha sido consumado o delito.
- 53** O fato de um indivíduo praticar um crime em legítima defesa não impede a sua prisão em flagrante delito.

Com base nas Leis n.º 13.869/2019 (Lei de Abuso de Autoridade), n.º 8.072/1990 (Lei de Crimes Hediondos), n.º 9.455/1997 (Lei de Tortura) e n.º 10.826/2003 (Estatuto do Desarmamento), julgue os itens a seguir.

- 54** À posse irregular de arma de fogo de uso permitido e ao porte ilegal de arma de fogo de uso permitido é prevista a mesma pena, conforme o Estatuto do Desarmamento.
- 55** Se um agente público, no exercício de sua função, responder criminalmente por suposto abuso de autoridade, e a sentença penal reconhecer que o ato foi praticado em estado de necessidade, a decisão não fará coisa julgada no âmbito cível e tampouco no administrativo-disciplinar, considerada a independência das instâncias.
- 56** O cometimento de crime de tortura no período noturno é causa de aumento de pena de um sexto a um terço.
- 57** Se uma pessoa for ré em processo criminal por ter praticado suposto crime considerado hediondo, a ela será insuscetível a concessão de fiança, mas, na sentença condenatória, o juiz decidirá, de forma fundamentada, se o réu poderá apelar em liberdade.

De acordo com o que dispõem as Leis n.º 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), n.º 11.343/2006 (Lei de Drogas) e n.º 9.605/1998 (Lei de Crimes contra o Meio Ambiente), julgue os itens seguintes.

- 58** O indivíduo que mata espécime da fauna silvestre, ainda que em rota migratória, sem a devida permissão da autoridade competente, comete crime ambiental, cuja pena será triplicada se o ato for decorrente do exercício da caça profissional.
- 59** Quando há prisão em flagrante por venda ilegal de drogas, o juiz, no prazo legal, certificará a regularidade formal do laudo de constatação e determinará a destruição das drogas apreendidas, mantendo guardada amostra necessária à realização do laudo definitivo.
- 60** Nos casos de violência doméstica e familiar, o afastamento imediato do agressor do local de convivência com a ofendida pode ser efetivado pela autoridade judicial, pelo delegado de polícia, quando o Município não for sede de comarca, e pelo policial, na indisponibilidade do delegado no momento da denúncia.

Espaço livre

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --

A respeito das forças armadas, julgue os itens que se seguem.

- 61** As polícias militares, os corpos de bombeiros militares e as polícias civis subordinam-se aos governadores dos estados, do Distrito Federal e dos territórios.
- 62** As forças armadas são instituições nacionais permanentes e regulares, cuja organização institucional se baseia na hierarquia, na disciplina e na ética militar.

No que se refere a noções de segurança pública, julgue os itens a seguir.

- 63** A segurança patrimonial dos órgãos municipais objetiva evitar e prevenir riscos e ameaças potenciais ou reais contra os bens públicos.
- 64** São vedadas ao militar da ativa a participação em greve e a associação a sindicato, sendo-lhe permitida a filiação a partido político, enquanto em serviço ativo, se houver autorização do respectivo comando da força armada a que pertencer.
- 65** É vedado o uso de algemas em caso de ocorrência de assalto em flagrante delito.
- 66** De acordo com a Constituição Federal de 1988, as funções de policiamento ostensivo e manutenção da ordem pública são competência da polícia militar, cabendo à guarda municipal, nos municípios em que for constituída, a proteção de seus bens, serviços e instalações.
- 67** Segundo a Constituição Federal de 1988, os municípios têm o poder-dever de constituir guardas municipais, que atuarão na proteção de bens e no policiamento ostensivo em áreas públicas.
- 68** Qualquer do povo pode prender uma pessoa que esteja cometendo um assalto e em flagrante delito.

Considerando as disposições estabelecidas na Lei Orgânica do Município de Cachoeiro de Itapemirim, na Lei federal n.º 13.022/2014 e na Lei municipal n.º 6.672/2012, que institui a Guarda Civil Municipal (CGM), julgue os itens a seguir.

- 69** A Guarda Civil Municipal pode realizar patrulhamento ostensivo para reprimir a criminalidade urbana ordinária, como, por exemplo, abordar e revistar indivíduo suspeito da prática de tráfico de drogas.
- 70** É de competência privativa do município, em razão da natureza da matéria, criar a guarda civil municipal destinada à proteção de bens, serviços e instalações dos municípios.
- 71** Ao se deparar com pessoa idosa fazendo pichação em prédio público municipal, além de preservar o local do crime o guarda municipal deve acionar a polícia militar para a contenção do autor da infração.
- 72** A Guarda Civil Municipal de Cachoeiro de Itapemirim é um órgão autônomo e permanente vinculado à Secretaria Municipal de Defesa Social.

No que diz respeito aos direitos fundamentais da criança e do adolescente e da pessoa idosa estabelecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente e no Estatuto da Pessoa Idosa, julgue os itens que se seguem.

- 73** A criança e o adolescente, assim como a pessoa idosa, têm o direito à moradia digna, o que pode ser atendido por programas habitacionais públicos ou subsidiados com recursos públicos na aquisição de imóvel para moradia própria.
- 74** Para que a pessoa maior de 65 anos de idade faça uso da gratuidade nos transportes coletivos públicos urbanos e semiurbanos, ela deve apenas apresentar qualquer documento válido que comprove a sua idade.
- 75** Brincar e se divertir são direitos fundamentais da criança e do adolescente.

Com pertinência às normas de conduta dos servidores da Guarda Civil Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, julgue os itens subsequentes.

- 76** Considere que José tenha sido condenado pelo corregedor da Guarda Civil em processo administrativo por infração disciplinar. Nessa situação hipotética, caso José discorde dessa condenação, ele poderá recorrer administrativamente depois de publicada, no Diário Oficial do Município, a decisão que o condenou.
- 77** Constitui infração disciplinar interna gravíssima deixar, por negligência, disparar arma no local de trabalho, ainda que em razão de sua queda.

A respeito dos fundamentos da ética na administração pública, julgue os itens a seguir.

- 78** Considere que um guarda civil municipal tenha presenciado seu chefe receber propina e, após refletir um mês sobre o que deveria fazer, tenha decidido representá-lo, expondo o fato às autoridades competentes. Nesse caso hipotético, a conduta do guarda civil está integralmente em conformidade com as normas éticas.
- 79** É dever do agente público ser cortês e ter urbanidade, disponibilidade e atenção, respeitando a capacidade e as limitações individuais de todos os usuários do serviço público, sem qualquer espécie de preconceito social e quaisquer outras formas de discriminação.
- 80** Interesse público, integridade, imparcialidade, transparência, honestidade, responsabilidade, competência, qualidade, eficiência e equidade dos serviços públicos são princípios fundamentais da ética na administração pública.

Com base no Código de Trânsito Brasileiro e na jurisprudência dos tribunais superiores, julgue os seguintes itens.

- 81** Após mobilização dos trabalhadores condutores de motocicletas contra os altos custos do vestuário de proteção, seu uso deixou de ser obrigatório para os motociclistas.
- 82** Os condutores dos veículos de transporte coletivo de escolares deverão apresentar ao órgão responsável pela concessão ou autorização desse tipo de transporte certidão negativa do registro de distribuição criminal relativamente aos crimes de homicídio, roubo, estupro e corrupção de menores.
- 83** Os órgãos que integram o Sistema Nacional de Trânsito serão responsabilizados objetivamente por eventuais danos causados aos cidadãos em virtude de ação, omissão ou erro na execução de serviços que garantam o exercício do direito ao trânsito seguro.
- 84** Um rebanho bovino conduzido por guia não pode circular nas vias públicas, sob pena de os animais serem recolhidos pelas autoridades de trânsito.
- 85** As normas estabelecidas no Código de Trânsito Brasileiro aplicam-se às vias terrestres públicas, urbanas e rurais, entretanto não alcançam as vias internas pertencentes aos condomínios constituídos por unidades autônomas.

Com relação a direção defensiva e prevenção de acidentes, julgue os itens a seguir.

- 86** Em situação de chuva, o intervalo de tempo necessário para percorrer a distância de segurança adequada entre dois veículos de pequeno porte, levando-se em consideração o tempo de reação, deve ser de, pelo menos, quatro segundos.
- 87** Uma forma de prevenir a aquaplanagem é, antes de curvas molhadas e poças d'água, manter a velocidade e a marcha em que se encontrar o veículo, e, no caso de deslizamento durante a passagem por uma lâmina de água, deve-se pisar o freio lentamente.
- 88** Para evitar o ofuscamento em condições adversas de luminosidade, o condutor deve trafegar em velocidade reduzida e jamais usar óculos com lentes escurecidas, mantendo o foco da visão.
- 89** Em curvas, veículos com tração no eixo dianteiro costumam derrapar com a frente para fora da curva, enquanto os de tração traseira geralmente derrapam com a parte traseira para fora da curva.
- 90** Durante o tráfego em uma via de mão dupla, na circunstância de penumbra, isto é, ao anoitecer, devem-se piscar os faróis para se comunicar com o motorista que vier em sentido contrário.

No que diz respeito à proteção e aos equipamentos de proteção que visam atenuar as consequências dos riscos ocupacionais, julgue os itens a seguir.

- 91** O colete à prova de balas é um equipamento de proteção individual (EPI) para proteção do tronco contra agentes de riscos físicos.
- 92** No processo de seleção do equipamento de proteção individual (EPI), devem ser ouvidos os empregados usuários e a comissão interna de prevenção de acidentes e de assédio ou o nomeado para essa finalidade.
- 93** A prevenção dos riscos ocupacionais deve ser prioridade na concepção dos ambientes e processos de trabalho, contudo, mesmo após a identificação e implementação das medidas de segurança, ainda podem persistir riscos residuais na execução das tarefas, cujos danos poderão ser evitados pelo uso de equipamentos de proteção individual (EPI).
- 94** O equipamento de proteção individual (EPI) é um dispositivo de uso individual do trabalhador e constitui uma medida de segurança prioritária em detrimento de medidas coletivas de proteção.

Uma mulher, com aproximadamente 70 anos de idade, perdeu subitamente a consciência enquanto caminhava no parque na pista exclusiva para pedestres. Notou-se que ela estava inconsciente e sem resposta aos estímulos.

Acerca da situação hipotética apresentada e dos aspectos a ela relacionados, julgue os itens seguintes.

- 95** O uso do desfibrilador externo automático (DEA) é restrito aos habilitados no curso do suporte avançado de vida.
- 96** Se indicadas, as compressões torácicas eficazes da reanimação cardiopulmonar (RCP) devem ter frequência de 100 a 120 compressões/minuto.
- 97** A primeira medida a ser executada por qualquer pessoa presente no local é iniciar a sequência de reanimação cardiopulmonar (RCP) pela respiração boca a boca.

No que se refere às normas básicas de higiene e ao uso de equipamentos conforme a ANVISA, julgue o próximo item.

- 98** O uso de luvas, a higienização das mãos com álcool e a higienização das mãos com água e sabão são medidas equivalentes e cada uma delas é suficiente para a segurança do paciente e do profissional.

Um rapaz com aproximadamente 20 anos de idade, sem capacete, foi atropelado por uma *van* enquanto pedalava na via pública. Ele bateu a cabeça no meio-fio, onde permaneceu deitado. Ao ser abordado, ele relatou que estava com dor de cabeça muito intensa. Observou-se um ferimento de três centímetros no couro cabeludo com sangramento importante.

Considerando a situação hipotética precedente, julgue os itens a seguir.

- 99** Desde que com suporte do socorrista, o sangramento deve ser inicialmente tratado pela pressão manual no local.
- 100** A primeira providência do socorrista deve ser liberar as vias aéreas.

Espaço livre